

EDITAL**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 - PROCESSO Nº 008/2022**

"Adota-se a opção de licitar de acordo com a Lei 8.666/1993, na forma do artigo 191 da Lei 14.133/2021."

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**EDITAL DE LICITAÇÃO**

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO - SAAEC**, autarquia municipal com sede nesta cidade de Cerquilha, na Rua Augusto Dorighello nº 320 – Jardim Esplanada – Estado de São Paulo, CNPJ nº 50.797.752/0001-01, pelo seu setor de Engenharia, torna público e, por determinação de seu Superintendente o Sr. **MÁRCIO ROBERTO GAIOTTO**, faz saber que através do **Ato nº 027/2022 de 18/08/2022 com despesas previstas em R\$ 452.699,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, acha-se aberta **licitação** na modalidade – **Concorrência Pública nº 001/2022**, tipo - "**MENOR PREÇO**", forma de execução indireta, regime de empreitada por preço global, a qual será processada em conformidade com a **Lei Federal nº 8.666/93** e suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº. 123, de 2006, alterado pela Lei Complementar Federal nº. 147, de 2014 e Decreto Municipal nº. 3.174, de 2017, a ser julgada pela Comissão permanente de Licitação nomeada pelo Ato nº. 25/2022, de 11/07/2022. **Conforme cronograma abaixo:**

Local, dia e hora para recebimento dos envelopes e início da abertura: SAAEC (endereço supra), em 28/09/2022, às 10:00hs.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - A presente licitação tem como objeto: Contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo do Tratamento Terciário da ETE Capuava, no município de Cerquilha, de acordo com o **Anexo 02 – Termo de Referência**, os quais ficam fazendo parte integrante deste Edital, com valor total estimado de **R\$ 452.699,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)**, recursos do SAAEC.

1.2 - Compõem o presente Edital:

- | | | |
|---------------|-----------|--|
| 1.2.1 | Anexo 01 | Minuta do Contrato |
| 1.2.2 | Anexo 02 | Termo de Referência |
| 1.2.3 | Anexo 03A | Planilha de Orçamento - Proposto |
| 1.2.4 | Anexo 03B | Planilha para Orçamento, a ser preenchido pela licitante |
| 1.2.5 | Anexo 04A | Cronograma Físico Financeiro – Proposto |
| 1.2.6 | Anexo 04B | Cronograma Físico Financeiro, a ser preenchido pela licitante |
| 1.2.7 | Anexo 05 | Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |
| 1.2.8 | Anexo 06 | Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo |
| 1.2.9 | Anexo 07 | Modelo de Credenciamento |
| 1.2.10 | Anexo 08 | Declaração de profissionais responsáveis pela empresa. |
| 1.2.11 | Anexo 09 | Ato nº. 011/2022 (regulamenta a aplicação de penalidades no âmbito do SAAEC). |

EDITAL**2. LEGISLAÇÃO**

A presente licitação será regida, processada e julgada de acordo com o procedimento estabelecido no artigo 43 e demais disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas alterações.

3. RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão às contas das Dotações Orçamentárias:

a) 03.01.03 - Esgoto – 17.512.0009.1042 – Projeto Executivo Tratamento Terciário ETE Capoava – 4.4.90.51. – Obras e Instalações – Ficha 36.

4. RETIRADO DO EDITAL

4.1 – O Edital da Concorrência Pública nº. 001/2022 e seus anexos, será fornecido aos interessados em dias úteis, no horário das 08h30min às 12h00 e 13h00 às 16h30min e retirados na sede do SAAEC na Rua Augusto Dorighello nº. 320 – Jardim Esplanada – Cerquillo/SP ou através de requerimento ao e-mail: compras@saaec.com.br, bem como <https://www.saaec.com.br/licitacoes-2022/>

5. PARA RECEBIMENTO E PROTOCOLO DO ENVELOPE Nº 01 “DOCUMENTAÇÃO”

5.1 - Para recebimento dos envelopes contendo a Documentação:

5.1.1 - Envelope Nº 01: até às 10:00 horas do dia 28/09/2022;

5.1.2 - O envelope “DOCUMENTAÇÃO” deverá ser protocolado no Setor de Protocolo, no endereço especificado no item 4.1.

6 - PARA RECEBIMENTO E PROTOCOLO DO ENVELOPE Nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

6.1 - Para recebimento dos envelopes contendo a Proposta de Preços:

6.1.1 - Envelope Nº 02: até às 10:00 horas do dia 28/09/2022;

6.1.2 - O envelope “PROPOSTA DE PREÇOS” deverá ser protocolado no Setor de Protocolo, no endereço especificado no item 4.1.

7. ABERTURA DA LICITAÇÃO

7.1 - O início da abertura do Envelope Nº 01 – “Documentação” e Envelope Nº 02 – “Proposta de Preços” - ocorrerá no dia **28 de setembro de 2022, às 10:00 horas**, na Sala de Licitações, situada no endereço especificado no item 4.1.

7.2 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data aprazada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil de expediente do SAAEC.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 - Não poderão participar desta licitação empresas:

8.1.1 - Declaradas inidôneas, de acordo com o previsto no inciso IV, do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, e que não tenham restabelecida sua idoneidade, em qualquer esfera do governo;

8.1.2 - Que sejam constituídas sob forma de consórcio;

8.1.3 - Concordatária, com falência decretada, em dissolução ou liquidação (ressalvada a hipótese de recuperação judicial na forma da Lei nº 11.101/2005, quando poderá a Administração exigir durante a fase de habilitação a apresentação do Plano de

EDITAL

Recuperação homologado, sem prejuízo do atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital e demais diligências durante o instrumento contratual, tais como comprovação do cumprimento das obrigações do plano, com fundamento na Súmula nº 50 do TCE/SP).

8.1.4 - Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta no âmbito do município de Cerquilha (Súmula nº 51 do TCE/SP);

8.2 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da presente licitação ou da execução das obras, serviços e fornecimentos de bens a ela relacionados, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.666/1993:

8.2.1 - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

8.2.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

8.2.3 - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

8.3 - As empresas interessadas em participar da licitação poderão realizar visita técnica no local da execução da obra conforme item 8.3.1, de forma facultativa, ou seja, caso assim desejarem, de modo a analisar todas as condicionantes (cobertura vegetal, tipo de solo, caminhamento do emissário, locais das obras, etc) que possam interferir na elaboração da proposta.

8.3.1 - As visitas poderão ser realizadas em dias úteis (dias de funcionamento normal da autarquia), no horário das 08h30min às 11h00 e das 13h30min às 15h00, desde a data da publicação do edital e até o segundo dia útil anterior à data da abertura da licitação, hipótese em que a interessada deverá solicitar o acompanhamento de um dos servidores de preferência do setor de engenharia do SAAEC, sendo emitido o competente atestado.

8.3.2 - A licitante deverá manifestar o interesse em realizar visita técnica no local até o segundo dia útil anterior à apresentação dos envelopes, no setor de engenharia do SAAEC, através do telefone 15-3384-8200 ou através do e-mail: superintendente@saaec.com.br.

8.3.3 - Ante a facultatividade da visita técnica, em hipótese alguma haverá prejuízo à licitante que não a realizar, não se tratando de requisito para participação no certame, contudo eventuais questionamentos e/ou esclarecimentos quanto ao local da obra, bem como impedimentos para elaboração da proposta, ou qualquer impasse decorrente da não realização da referida visita não poderão ser arguidos pelo licitante, seja durante a licitação ou durante a prestação dos serviços, caso vencedora.

8.3.4 - O não interesse pela visita técnica gera presunção de conhecimento das condições e local da obra, pressupondo-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação."

9. CREDENCIAMENTO

9.1 - Para o exercício de todos os atos necessários à Licitação, inclusive para desistência ou não de recursos, faz-se necessário o credenciamento, que deverá ser passado em papel timbrado da empresa, com indicação do nome, cargo e número do documento que comprove a identidade do representante, específico para esta licitação **Concorrência Pública nº. 001/2022.**

EDITAL

9.2 - O documento solicitado poderá, a critério do representante legal da empresa, ser substituído por procuração pública, nos mesmos termos do credenciamento descrito no item 9.1 supra.

9.3 - Caso o participante seja titular da proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

9.4 - A não apresentação ou incorreção do credenciamento impedirá o participante de se manifestar ou responder pela proponente, cabendo tão somente o acompanhamento dos trabalhos.

9.5 - O credenciamento deverá ser apresentado à comissão Permanente de Licitação pelo portador, **antes do início dos trabalhos de abertura dos envelopes**, ficando retido e juntado aos autos.

10. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

10.1 - Os envelopes, de papel opaco, deverão ser entregues fechados e indevassáveis, sobre cujas bordas de fechamento deverá constar a rubrica do representante da licitante, para convalidar a não violação de sua abertura oficial.

10.2 - Na parte externa dos envelopes deverá constar:

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO.
RAZÃO SOCIAL:
ENVELOPE Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022.
ABERTURA: 28/09/2022 às 10:00 HORAS.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO.
RAZÃO SOCIAL:
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS.
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022.
ABERTURA: 28/09/2022 às 10:00 HORAS.

11. ENVELOPE Nº 1 "DOCUMENTAÇÃO"

11.1 - A **Habilitação** do concorrente consiste na comprovação de sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, e dos documentos abaixo relacionados, **sob pena de inabilitação**, em original, processo de cópia autenticada em cartório ou por servidor do SAAEC, ou publicação no órgão oficial.

11.2 Deverá constar do envelope nº. 1 "Documentação" o que segue abaixo:

11.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o tipo de sociedade da proponente:

11.2.1.1 - Registro Comercial em caso de firma individual;

11.2.1.2 - Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado, em vigor, e alterações subsequentes, devidamente registradas, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;

11.2.1.3 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

11.2.1.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

11.2.2 - REGULARIDADE FISCAL

11.2.2.1 - **DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL**, que deverão estar de acordo com o artigo 29, incisos I, II, III, IV e V, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações:

EDITAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**), podendo ser emitida por site oficial, sujeito a confirmação; ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), quando se tratar de firma individual/pessoa física;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional** que será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, inclusive contribuições sociais, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF 443, de 17 de outubro de 2014, sujeito a confirmação;
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS válido, podendo ser emitido por site oficial (sujeito a confirmação);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (Certidão de Inexistência, Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa), original ou cópia autenticada por cartório competente, relativa à sede da licitante, podendo ser emitida por site oficial (sujeito a confirmação), para tributos que guardem pertinência com o objeto licitado;
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal (**CND**), (Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa do ISS, em validade), original ou cópia autenticada por cartório competente, relativa à sede da licitante, podendo ser emitida por site oficial (sujeito a confirmação), para tributos que guardem pertinência com o objeto licitado;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de **DÉBITOS TRABALHISTAS – CNDT**), podendo ser emitida por site oficial, sujeito a confirmação;
- h) Caso exista fato impeditivo da habilitação, obriga-se a **Proponente** a declará-lo sob as penalidades legais, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, art. 32, parágrafo 2º, com suas alterações, e a Lei Federal nº 9.605/98 em seu art.10.

11.2.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 31, Lei nº 8.666/1993):

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (inciso II do artigo 31 da Lei nº 8.666/1993), com prazo de validade de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão ou prazo nela expressamente constante.

11.2.4 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 11.2.4.1** - Abaixo documentação relativa à qualificação técnica, a qual servirá de base para interpretação do Termo de Referência e demais Anexos do Edital e que prevalecerá no caso de eventual conflito.

11.2.4.2 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

- a) Certidão de registro de seu(s) responsável(is) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).
- b) Declaração e Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) pelos serviços objeto desta licitação, que deverá observar os termos da Súmula nº 25 do E. TCE/SP, sendo que a

EDITAL

comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

c) Comprovação da capacidade técnico-profissional do respectivo técnico mediante a apresentação da CAT (Certidão de Acervo Técnico), conforme as parcelas de maior relevância abaixo relacionadas, sem imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos, nos termos da Súmula nº 23 do E.TCE/SP, conforme Quadro 01:

Quadro 01 - Serviços de maior relevância que deverão ser comprovados pelos Profissionais.

Atividade
Elaboração de projeto de sistema de membrana de ultrafiltração em sistema de tratamento de esgoto.

d) Eventuais e justificadas substituições do responsável técnico só serão aceitas mediante indicação de outro(s) profissional(is), mediante comprovação hábil, com equivalente ou superior qualificação e experiência técnica dos substituídos, condicionadas à prévia e expressa anuência do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cerquillo – SAAEC.

e) Os profissionais indicados pela licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional deverão participar dos serviços objeto da presente licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo SAAEC.

11.2.4.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL:

a) Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

11.2.4.3.1 - A licitante deverá comprovar sua qualificação operacional, nos termos do artigo 30. II, da Lei nº 8.666/1993 e da Súmula nº 24 do E. TCE/SP, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando possível registrado nas entidades profissionais competentes, conforme o quantitativo mínimo de prova de execução de serviços similares relacionado no quadro a seguir:

Qualificação técnica operacional

Quadro 02 - Serviço similar que deverá ser comprovado pela empresa:

Atividade	Quantidade mínima
Elaboração de projeto de sistema de membrana de ultrafiltração em sistema de tratamento de esgoto.	Sem quantitativo mínimo.

EDITAL

11.2.5 - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO 06.

11.2.6 - As Certidões deverão corresponder ao mesmo CNPJ do proponente, salvo aquelas emitidas unicamente no CNPJ da matriz, conforme nelas declarado.

11.2.7 - Os documentos que exigem assinatura do representante legal da pessoa jurídica não terão validade sem esta, sendo causa de **inabilitação, ressalvada hipótese do titular da pessoa jurídica, do sócio – com poder conforme contrato social –, ou do procurador munido de procuração pública com poder específico para assinar e assumir obrigações em nome do sócio/titular da pessoa jurídica, estar presente na sessão pública e atestar a validade do(s) documento(s), o que constará na ata da sessão pública;**

11.2.8 - No caso da empresa se enquadrar nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverá preencher e encartar junto à documentação a Declaração para Comprovação da Condição de MEI, ou ME, ou EPP, ou cooperativas, nos moldes constantes do Anexo 05.

11.2.8.1 - Conforme Decreto Municipal nº 3.174/2017, a empresa que se enquadrar como Microempreendedor individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), deverá apresentar no ato do credenciamento, EM SEPARADO, ou seja, fora dos envelopes de habilitação e proposta, os seguintes documentos, subscritos por quem detém poderes de representação da licitante:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) Declaração que comprove sua condição de MEI, ME, EPP ou Cooperativa que tenha auferido no ano-calendário anterior receita bruta inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento (Anexo 5).

11.2.8.2 - Os documentos exigidos no item 11.2.8.1 não serão considerados se estiverem dentro dos envelopes lacrados, que não serão abertos no início da sessão, ensejando o afastamento da licitante no caso de licitação exclusiva ou de cota reservada.

11.2.8.3 - No caso de microempreendedor individual – MEI, a declaração da condição de que trata o item 11.2.8.1, poderá ser substituída pelo Certificado de condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, emitido pelo Portal do Empreendedor.

11.2.8.4 - A falsidade das declarações prestadas no Anexo 05, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

11.2.8.5 - A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006,



EDITAL

salvo se tratar de licitação ou cota exclusivamente destinada a esse tipo de empresa, de acordo com o Decreto Municipal nº. 3.174/2017, artigo 3º, §1º, §2º e §7º.

11.2.9 - A microempresa ou empresa de pequeno porte, que optar pela fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, por ocasião da participação neste certame, deverá apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.2.10 - Caso a microempresa e empresa de pequeno porte apresente na fase habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.2.10.1 - A prorrogação do prazo previsto no item 11.2.10 deverá ser concedida pelo presidente da comissão de licitação quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificado.

11.2.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto nos itens anteriores implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, não contratada, inclusive quanto aos preços alcançados, ou revogar a licitação, nos termos do artigo 43, parágrafo 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 22 do Decreto Municipal nº. 3.174, de 2017.

11.3 - OBSERVAÇÕES

11.3.1 - Todos os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados impressos, no original, em cópia autenticada por cartório ou por servidor do SAAEC (32, L. 8.666), ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda extraídos pela internet, através dos “sites” oficiais, com validade na data limite de apresentação dos envelopes.

11.3.2 - Para efeito da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar na lei ou no próprio documento, o prazo de validade será considerado de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão.

11.3.3 - Se houver impossibilidade de apresentar qualquer documento por motivo de greve do órgão emissor, a licitante deverá apresentar declaração em papel timbrado da empresa, assinado por seu representante legal, com firma reconhecida, de que não está em débito com o referido órgão e que, finda a greve, se compromete a apresentar imediatamente o documento atualizado, para fins de direito, independentemente da fase em que se encontrar o processo licitatório, sujeitando-se, no caso de não apresentação, às penalidades legais.

11.3.4 - Não constituirá causa de desclassificação do proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta.

EDITAL

11.3.5 - Será desclassificado o concorrente que apresentar proposta em desacordo com estas instruções e as constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, exceto ao que estabelece o item **11.3.4** supra, a critério da Comissão de Licitação.

12. ENVELOPE Nº 02 “PROPOSTA DE PREÇOS”

12.1 - O envelope nº 02 – “Proposta de Preços” - deverá conter, **sob pena de desclassificação**:

12.1.1 - A proposta propriamente dita, única, em português, sem rasuras, emendas ou ressalvas em seus itens essenciais devendo, de preferência, ser preenchida mecanicamente, em papel timbrado da empresa, conforme o caso de acordo com o **Anexo 03B** (Planilha para Orçamento – Proposto, a ser preenchida pela licitante), com os seguintes dados:

12.1.1.1 - Razão social, endereço, número de telefone, do fac-símile, e-mail e do CNPJ/MF;

12.1.1.2 - Preço unitário e total, expresso em moeda corrente do País, devendo estar inclusos, além dos insumos que os compõem, as despesas com montagem, frete, seguro, todos os impostos e taxas que incidirem sobre o mesmo, inclusive o ISS, os custos inerentes ao fornecimento do objeto licitado, vedado inserção posterior;

12.1.1.3 - Orçamento detalhado elaborado com base no **Anexo 03A** - planilha de orçamento, indicando os preços unitários, os subtotais e o preço global;

12.1.1.4 - Prazo de execução conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro de **06 (seis) meses**.

12.1.1.5 - Condições de pagamento conforme estabelecido no **item 18** deste edital

12.1.1.6 - Cronograma Físico-Financeiro detalhado, nos moldes do **Anexo 04** (Cronograma Físico-Financeiro - Proposto), discriminando o desenvolvimento de todos os serviços, fazendo constar os seus valores mensais, bem como os subtotais mensais e os acumulados, cuja a soma deverá coincidir com o preço global proposto;

12.1.1.7 - Data, identificação e assinatura do representante legal da empresa ao final da proposta, e rubrica nas demais folhas.

12.1.1.8 - **Prazo da validade da proposta**, que deverá ser de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** a contar da abertura dos envelopes de proposta;

12.1.1.9 - No caso de divergência entre o valor numérico e aquele apresentado por extenso, prevalecerá este último.

12.1.1.10 - Os valores apresentados na proposta de preços referem-se à data da apresentação dos envelopes, cujo mês será considerado o de referência dos preços.

13. PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

13.1 - Após o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos.

13.2 - Os esclarecimentos, quando necessários, e desde que solicitados pela Comissão, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.

13.3 - De todas as reuniões públicas, a Comissão de Licitação lavrará Ata circunstanciada, a ser assinada por seus membros e pelos representantes dos licitantes presentes, se assim o desejarem.

13.4 - Havendo acordo de todos, e mediante lavratura em ata, os licitantes presentes poderão nomear apenas alguns entre eles para rubricar os documentos apresentados, seja na fase de habilitação, seja na de julgamento das propostas.



EDITAL

13.4.1 - Em não havendo consenso entre os licitantes, por força da influência dos princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade, a Comissão de Licitação fará a escolha através de sorteio.

13.5 - É facultado à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta, conforme artigo 43, § 3º, da Lei Federal 8.666/93.

13.6 - Recebidos os envelopes tempestivamente, dar-se-á início à abertura dos mesmos.

14. ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO”

14.1 - O presidente da comissão de licitação comunicará aos presentes, na sessão pública da licitação, na primeira oportunidade, quais são as microempresas e empresas de pequeno porte participantes do certame que poderão se valer dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

14.1.1 - A comissão de licitação decidirá, motivadamente, a respeito da qualificação das licitantes como microempresas ou empresas de pequeno porte.

14.2 - No dia, local e hora designados no preâmbulo deste edital, em ato público, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações iniciará os trabalhos, examinando e rubricando os envelopes nº 01 - **“DOCUMENTAÇÃO”** e nº 02 - **“PROPOSTA DE PREÇOS”**, que poderão ser também rubricados pelos representantes devidamente credenciados, procedendo-se, a seguir, a abertura do envelope **“Documentação”**.

14.3 - Serão inabilitados os concorrentes que não apresentarem qualquer dos documentos exigidos na forma deste Edital, ou os que os apresentarem com adulterações, falsificações, emendas, rasuras ou, ainda, com seu prazo de validade vencido, observado o disposto no **item 11.2**.

14.4 - A inabilitação será devidamente justificada pela Comissão de Licitações e impedirá o concorrente de participar da fase subsequente.

14.5 - Havendo a inabilitação e/ou impugnação de qualquer concorrente, na fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá os trabalhos, devendo ser respeitados os prazos previstos no artigo 109, da Lei Federal Nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, para possibilitar aos interessados a interposição de recurso dentro desse prazo, fato este que será registrado em Ata. Neste caso, os envelopes **Nº 02 – “PROPOSTA DE PREÇOS”** serão rubricados por todas as licitantes presentes e, em seguida, guardados no cofre do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CERQUILHO, intactos e invioláveis, até a data e hora marcada de sua nova abertura, respeitados os prazos legais, bem como as devidas comunicações aos interessados, ficando sob a guarda da Comissão até que se expire o prazo para interposição de recursos e consequente decisão, os quais poderão ser retirados pelos interessados mediante recibo.

14.5.1 - Após expirado o prazo para interposição de recursos, se não forem retirados dentro de 05 (cinco) dias, os envelopes serão inutilizados.

14.5.2 - No caso de suspensão dos trabalhos para possibilitar a interposição de recurso pelas licitantes ausentes ou efetiva interposição de recurso, a reunião terá continuidade após o julgamento dos recursos interpostos, se o caso, e notificação dos licitantes por e-mail da nova data e horário para abertura dos envelopes contendo a **“Proposta de Preços”**.

EDITAL**15. ABERTURA DOS ENVELOPES Nº 02 – “PROPOSTAS DE PREÇOS”**

15.1 - Havendo desistência de interposição de recursos por todas as licitantes na fase de habilitação, mediante manifestação constante em Ata, será dada continuidade à reunião, com a abertura dos envelopes Nº 02 – “Proposta de Preços”, ato contínuo à abertura dos envelopes Nº 01, pela Comissão Permanente de Licitação, sendo que, às empresas não habilitadas, serão devolvidos intactos e invioláveis os envelopes Nº 02, contendo suas propostas de preços.

15.2 - Uma vez abertos os envelopes, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões, não podendo as mesmas serem devolvidas após a fase de habilitação.

15.3 - As propostas contidas nos envelopes Nº 02 - "PROPOSTA DE PREÇOS" serão examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como pelas **Proponentes** através de seus representantes presentes, conforme determina o art. 43, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4 - Se as circunstâncias permitirem, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações efetuará a conferência dos documentos e promoverá o julgamento na própria reunião de abertura.

15.4.1 - Em seguida, a Comissão divulgará o resultado do julgamento, respeitados os prazos e disposições previstas no artigo 109, da Lei Federal Nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, suspendendo os trabalhos, se o caso, para possibilitar aos interessados a interposição de recurso dentro de 05 (cinco) dias úteis, fato este que será registrado em Ata.

15.4.2 - O resultado do julgamento dos recursos interpostos será comunicado aos licitantes por e-mail.

15.4.3 - Havendo a desistência de todos os concorrentes da intenção de interpor recurso quanto ao julgamento, mediante manifestação constante em Ata, ou após julgados os recursos interpostos, será dado continuidade ao procedimento licitatório, e o processo será encaminhado à autoridade superior para homologação e adjudicação do objeto.

15.5 - DA CLASSIFICAÇÃO:

15.5.1 - No julgamento das propostas, a classificação se dará em ordem crescente dos preços apresentados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO**.

15.5.2 - Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte, ocorrendo o empate, será assegurado o exercício de direito de preferência, nos termos do artigo 44, "caput", da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos seguintes termos:

15.5.3 - Entende-se por empate, aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço apresentado (LC nº 123/06, art. 44, par. 1º);

15.5.4 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado (LC nº 123/06, art. 45, inc. I);

15.5.5 - A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após notificação da classificação provisória sob pena de preclusão;

15.5.6 - A nova proposta deverá ser apresentada no formato exigível no item 12, deste edital, inserida em envelope fechado, com a indicação dos dados abaixo:

EDITAL

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
ENVELOPE DE PROPOSTA FINANCEIRA RENOVADA – LC 123/2006
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022 PROCESSO Nº 008/2022
(RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE)

15.5.7 - Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 15.5.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova oferta e para fins de classificação preliminar e possibilidade do exercício do benefício do empate ficto (LC nº123/06, art. 45, Inc. III; Decreto Municipal nº. 3.174, de 2017, art 20, § 3º).

15.5.8 - Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer seu direito de preferência no menor valor, serão convocadas as remanescentes que se enquadrarem no limite disposto no subitem 15.5.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito (LC nº123/06, art. 45, Inc. II).

15.5.9 - O exercício de direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

15.5.10 - Não se concretizando a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, o Superintendente de Saneamento Básico do SAAEC decidirá motivadamente pela revogação do certame ou pelo prosseguimento da licitação.

15.5.10.1 - Decidindo pelo prosseguimento da licitação, a Comissão de Licitação deverá observar o seguinte:

a) Na hipótese de a ME, EPP ou equiparada ter se sagrado vencedora da licitação com o benefício do empate ficto (art. 44, §2º, LC nº 123/2006), serão convocadas as remanescentes que se enquadraram na situação do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito de desempate, desconsiderando o preço ofertado pela ME/EPP no primeiro desempate, garantindo-se os mesmos prazos previstos neste edital;

a.1) Não havendo o exercício do benefício do desempate pela ME, EPP ou equiparada, ou sua efetiva contratação, o objeto poderá ser adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora (art.45, §1º, LC nº 123/2006);

b) Na hipótese de a ME, EPP ou equiparada ter se sagrado vencedora da licitação por ter sido, desde logo, a mais bem classificada, serão convocadas as licitantes remanescentes, na ordem classificatória, para o prosseguimento do certame ou da contratação, conforme o caso, sem a aplicação do benefício do empate ficto, devendo ser observadas as mesmas condições propostas pela primeira classificada, não contratada, inclusive quanto aos preços alcançados (art. 64 §2º, Lei nº 8.666/1993);

c) Nas demais hipóteses, as licitantes remanescentes convocadas deverão observar as mesmas condições propostas pela primeira classificada, não contratada, inclusive quanto aos preços alcançados, nos termos do disposto no (art. 64 §2º, Lei nº 8.666/1993);

d) Em qualquer caso, não concretizada contratação a licitação será revogada.

15.5.11 - Não serão consideradas, admitidas ou aceitas propostas que ofereçam preços baseados nas ofertas das demais licitantes, simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

15.5.12 - As propostas serão classificadas pela ordem crescente dos preços ofertados e aceitáveis.

EDITAL

15.6 - Serão desclassificadas as propostas:

15.6.1 – apresentarem planilhas com preço global superior ao valor de R\$ 452.699,84 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos), fixado como preço máximo a ser aceito pelo SAAEC;

15.6.2 - que estiverem preenchidas em papel de fac-símile ou em papel comum, mas ilegíveis;

15.6.3 - que não atenderem às exigências legais e as deste Edital, no todo ou em parte;

15.6.4 - cujas especificações não atendam às contidas no Edital;

15.6.5 - que apresentem qualquer oferta ou vantagem não prevista no Edital, bem como proposta alternativa;

15.6.6 - Com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, adotando-se, como parâmetro objetivo o regramento contido nos parágrafos 1º e 2º do artigo 48, admitida a possibilidade de a licitante comprovar a viabilidade do preço proposto se assim for expressamente requerido no ato da realização da sessão pública e somente durante a análise da sua proposta, oportunidade em que será aberto prazo de 02 (dois) dias úteis para a licitante. As comprovações apresentadas serão avaliadas pelo Setor de Engenharia e decidida pela Comissão de Licitação;

15.6.7 - que contenham rasuras, emendas ou ressalvas.

15.6.8 - que não estiverem assinadas pelos representantes legais ou autorizadas (ressalvada hipótese do titular da pessoa jurídica, do sócio – com poder conforme contrato social –, ou do procurador munido de procuração pública com poder específico para assinar e assumir obrigações em nome do sócio/titular da pessoa jurídica, estar presente na sessão pública e atestar a validade do documento, o que constará na ata da sessão pública).

15.7 - Em caso de empate observar-se-á o disposto no § 2º do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666/93

15.7.1 - Persistindo o empate, a classificação será feita por sorteio na mesma sessão de julgamento ou em ato público para o qual todos os licitantes serão convocados mediante E-mail, nos termos do artigo 45, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.8 - Publicada a classificação final e decorrido o prazo sem que haja interposição de recurso ou julgados os recursos interpostos, serão os autos encaminhados ao Superintendente de Saneamento Básico do SAAEC para deliberação quanto à Homologação do procedimento e ADJUDICAÇÃO do objeto da licitação em decisão que, se for o caso, deverá indicar a habilitação fiscal e trabalhista com restrição em relação à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte vencedora do certame.

15.9 - A classificação da proposta somente produzirá efeito após a homologação e adjudicação pelo Superintendente do SAAEC.

15.10 - Caso todas as propostas sejam desclassificadas, o SAAEC poderá fixar aos concorrentes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas, excluídas as causas que ensejaram a desclassificação, caso em que todos os concorrentes serão comunicados, via E-mail, do dia, hora e local da abertura dos novos envelopes.

16. DO CONTRATO

16.1 - O contrato regular-se-á por suas cláusulas (**Anexo 01** – Minuta do contrato) e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado, sendo o mesmo vinculado ao Edital desta



EDITAL

Concorrência Pública, cujo prazo para sua assinatura será de até 10 (dez) dias corridos contados a partir da homologação.

16.2 - A vigência do contrato será de **06 (seis) meses**, a contar da data de sua assinatura e da emissão da ordem de serviço, respeitadas as determinações do artigo 57, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações.

16.3 - O prazo de execução somente poderá ser prorrogado a juízo da autoridade competente, nas hipóteses previstas no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.

16.4 - Nos termos do artigo 56, e parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada deverá depositar no ato da assinatura do Contrato, na Tesouraria do SAAEC, a título de garantia do perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual e terá seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato, em caução em dinheiro, ou fiança bancária, ou seguro garantia, ou Títulos da Dívida Pública, à opção do contratado, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.5 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

16.6 - O prazo de vigência da caução a ser depositada deverá corresponder, no mínimo, ao prazo de execução dos serviços e deverá ser prorrogado até o recebimento definitivo dos serviços.

16.6.1 - Caso ocorra vencimento da garantia prestada antes do recebimento definitivo dos serviços, a empresa vencedora deverá providenciar a sua renovação em tempo hábil, sob pena de violação contratual e incidência das penalidades contratuais ou, se o caso, rescisão do contrato.

17. RESCISÃO

17.1 - O SAAEC poderá dar por rescindido a obrigação decorrente desta licitação nas hipóteses previstas nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, no que couber.

17.2 - Também poderá ser rescindido o contrato em razão da não observância ou violação pela Contratada de qualquer disposição prevista na Lei Federal nº 8.666/93, devendo ressarcir ao SAAEC eventuais prejuízos, diretos ou indiretos, decorrentes da rescisão.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 - O pagamento será efetuado em até 10(dez) dias, a contar da entrega de cada medição e da respectiva Nota Fiscal, **aceita pelo preposto do SAAEC**, por crédito em conta corrente em nome da Contratada.

18.2 - O SAAEC deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

18.3 - Os pagamentos devidos à Contratada poderão ser sustados pelo SAAEC, nos seguintes casos:

18.3.1 - Imperfeição dos serviços apontada pela fiscalização do SAAEC.

18.3.2 - Não cumprimento, pela contratada, de obrigações com terceiros, que possam de qualquer forma, prejudicar o SAAEC.

18.3.3 - Não apresentação na primeira medição, da cópia autenticada da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do(s) responsável(eis) técnico(s) pela execução dos serviços ora contratados.

18.3.4 - Inobservância de qualquer cláusula do contrato.

EDITAL**19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1 - São obrigações da contratada, entre outras, as seguintes:

19.1.1 - Nos termos do artigo 56 e parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 666/93, a Contratada deverá depositar no ato da assinatura do Contrato, na Tesouraria do SAAEC, a título de garantia do perfeito cumprimento de suas obrigações contratuais, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual e terá seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, em caução em dinheiro, ou fiança bancária, ou seguro garantia, ou Títulos da Dívida Pública, à opção do contratado, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.1.2 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

19.1.3 - O prazo de vigência da caução a ser depositada deverá corresponder, no mínimo, ao prazo de execução dos serviços e deverá ser prorrogado até o recebimento definitivo dos serviços.

19.1.4 - Caso ocorra vencimento da garantia prestada antes do recebimento definitivo dos serviços, a empresa vencedora deverá providenciar a sua renovação em tempo hábil, sob pena de violação contratual e incidência das penalidades contratuais ou, se o caso, rescisão do contrato.

19.2 - Deverá a Contratada:

19.2.1 - Proceder à execução do serviço dentro do prazo solicitado e da qualidade e normas técnicas pertinentes que sejam aceitáveis em órgãos governamentais (Federal ou Estadual) para pleitear verba específica a esse projeto (exemplo: FEHIDRO).

19.2.2 - Reparar, corrigir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes para execução do mesmo, bem como na hipótese de exigências dos agentes técnicos que avaliem o projeto para a aprovação de subsídio à execução (exemplo: FEHIDRO), ainda que esgotado o prazo contratual.

19.2.3 - Fiscalizar para que servidores da autarquia não prestem de qualquer forma, serviços relacionados ao presente contrato, nos termos do artigo 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, sob pena de rescisão contratual e responsabilidade solidária de todos os envolvidos, pessoas físicas, jurídicas e servidores inclusive por ato improbidade administrativa.

19.2.4 - Iniciar os serviços após a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que deverá estar recolhida, assinada e emitida no prazo de 15 (quinze) dias corridos da emissão da ordem de serviço pelo SAAEC.

19.2.5 - As Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) deverão ser emitidas em nome dos profissionais indicados na "Declaração" da empresa licitante, ora Contratada (anexo 08 do Edital).

19.2.6 - Proceder à execução dos serviços dentro do prazo solicitado, da qualidade e normas técnicas vigentes e supervenientes, bem como de acordo com o Termo de Referência (anexo 02 do Edital).

20. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

20.1 - A contratada do certame se responsabiliza de forma única e exclusiva por danos e prejuízos decorrentes de acidentes do trabalho ou de qualquer natureza causados aos seus prepostos, ao SAAEC, seus servidores, a terceiros, ao patrimônio público ou

EDITAL

particular e ao meio ambiente, decorrentes de culpa ou dolo, eventualmente ocorridos durante o fornecimento, transporte ou entrega do objeto, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o SAAEC, ressarcimentos e/ou indenizações que tais danos/prejuízos possam causar, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento exercido pelo SAAEC.

20.2 - A contratada deverá ressarcir o SAAEC todos os custos e prejuízos decorrentes de condenações judiciais (ex: custas/despesas judiciais, indenizações moral ou material) fundadas em danos, prejuízos ou acidentes decorrentes de defeito ou vício do produto por ela entregue, utilizando-se o SAAEC, se necessário, de ação regressiva.

20.3 - As responsabilidades aqui previstas e aquelas decorrentes de penalidades aplicadas à Contratada serão solidárias entre Contratada e respectivo(s) sócio(s).

20.4 - Caberá unicamente à Contratada todos os custos e as despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, não importando a natureza, referentes ao fornecimento do objeto deste Edital, ficando claro que ao SAAEC não caberá nenhum ônus além do pagamento proposto pelo objeto licitado.

21. OBRIGAÇÕES DO SAAEC

21.1 - Garantir a legalidade de todo o processo licitatório e zelar pela tramitação adequada dos Autos correspondentes, obedecendo a todos os dispositivos pertinentes da Lei Federal nº 8666/93, e suas alterações;

21.2 - Exercer a plena fiscalização do objeto do contrato, designando seus representantes, **por intermédio de ofício do Senhor Superintendente**, após a assinatura do contrato.

21.3 - Para a execução do objeto do presente edital, o SAAEC obriga-se a efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na proposta de preços vencedora e nas condições previstas no **Anexo 01** (Minuta do Contrato) excluídas previsões que extrapolem os termos deste edital.

22. MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

22.1 - A CONTRATADA deverá apresentar ao SAAEC as medições referentes aos serviços executados no período, respeitando-se a programação definida no Cronograma Físico-Financeiro. A Nota Fiscal só poderá ser emitida após a aprovação da medição correspondente pelo preposto do SAAEC.

22.2 - A atestação da medição será efetivada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, e estará vinculada à apresentação pela CONTRATADA, em vias impressas e digitais, dos projetos, croquis e memorial de cálculo referente aos serviços executados que constam na medição encaminhada.

22.3 - O SAAEC efetuará os pagamentos à CONTRATADA no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de aprovação da nota fiscal / fatura pelo SAAEC, sendo registrado o referido apontamento no seu verso.

22.4 - O SAAEC deduzirá quaisquer valores faturados indevidamente.

22.5 - No caso de reprovação do material entregue pela CONTRATADA, ainda que parcial, o pagamento da nota fiscal ficará suspenso até a adequação do mesmo, iniciando-se novo prazo de pagamento.

23. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

23.1 - A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito, a finalização dos serviços, solicitando ao SAAEC o Termo de Recebimento de Serviços.



EDITAL

23.2 - O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

23.3 - Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, necessários à observação da adequação do objeto aos termos contratuais, o serviço será recebido definitivamente pela comissão conforme item 22.4, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

23.4 - O objeto será recebido, por comissão composta de 03 (três) membros assim designados: **JOÃO LUIZ MACHADO GREGÓRIO, registro funcional nº 226, JOSÉ ANTONIO GALVÃO, registro funcional nº 142, MARCELO TADEU GENTIL, registro funcional nº 251**, os quais deverão proceder à verificação do objeto entregue com as exigências e obrigações do edital.

23.5 - Na ausência de servidor nomeado, este poderá ser substituído por servidor efetivo do SAAEC, mediante designação do gestor do contrato.

23.6 - O Recebimento Provisório ou Definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

23.7 - A obra e/ou serviço ora contratada será considerada entregue definitivamente, somente após sua conclusão total desde que observadas as Especificações Técnicas constantes do Edital e do Termo de Referência.

24. DAS PENALIDADES

24.1 - O não cumprimento das cláusulas deste instrumento e ainda a prática de qualquer transgressão contratual pela **CONTRATADA** a sujeitará às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

c) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

d) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos "b" e "c" deste artigo;

e) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

f) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

g) A não entrega injustificada dos produtos/serviços poderá acarretar, além da multa acima prevista, a rescisão unilateral do contrato e a suspensão temporária da CONTRATADA de participação em licitações e impedimento de contratar com o SAAEC por prazo não superior a 02 (dois) anos.

h) As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da CONTRATADA no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

EDITAL

i) A multa e os prejuízos verificados com a não entrega dos produtos ou prestação dos serviços, prevista no item 24.1, poderão ser descontados das faturas a serem pagas à CONTRATADA.

j) O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a CONTRATADA às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 suas alterações.

24.2 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido direito prévio de defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

25. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

25.1 - Dos atos do S.A.A.E.C., decorrentes da aplicação do que estabelece este Edital, cabem os recursos e demais procedimentos, de acordo com o Artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93, alterada pelas leis Federais nºs 8883/94, 9032/95 e 9648/98.

25.2 - Todos os recursos previstos no art. 109 da Lei federal nº. 8.666/93, deverão ser formulados por escrito, em papel timbrado, assinado por seus representantes legais, endereçados ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação e entregues na sede do SAAEC nos dias úteis, das 8:00h às 10:30h e das 12:00h às 16:30h ou por E-mail (compras@saaec.com.br) valendo como protocolo a resposta confirmatório do recebimento.

25.3 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que o fizer fora do prazo legal.

26. ESCLARECIMENTOS

26.1 - As empresas poderão requerer esclarecimentos sobre a presente licitação ao Setor Administrativo, pelo fone/fax (15) 3284-8200, ou por E-mail (compras@saaec.com.br), diretamente a Comissão Permanente de Licitação.

26.2 - Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

27. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 - Esta licitação poderá ser anulada se ocorrer ilegalidade em seu processamento ou julgamento, e revogada, a juízo exclusivo do S.A.A.E.C., por interesse público, observado o disposto no artigo 49 da Lei Federal nº 8666/93.

27.2 - A apresentação das propostas implica que as empresas participantes conhecem e aceitam todos os termos do presente Edital e seus anexos.

27.3 - É facultada à Comissão de Julgamento de Licitação desta Concorrência Pública ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;

27.4 - Pela elaboração e apresentação da "DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS" a licitante não terá direito a auferir vantagem, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

27.5 - No caso de envio da documentação ou envelopes pelo Correio, é de inteira responsabilidade da licitante a efetivação da entrega até o dia e horário designado para cadastramento ou sessão pública, conforme o caso, não havendo que se falar em suspensão, interrupção, adiamento ou revisão do certame, inclusive na hipótese de greve.

EDITAL

27.6 - Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

27.7 - Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação.

27.8 - Para conhecimento de todos, expede-se o presente edital que será afixado na Recepção do SAAEC, e será publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário Oficial de Cerquilha, em jornal de circulação diária da região e no *site* <https://www.saaec.com.br/licitacoes-2022/>

27.9 - Fica eleito o foro desta comarca de Cerquilha - SP, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda do presente, e que não possa ser resolvida na esfera administrativa.

Cerquilha, 22 de agosto de 2022.



Márcio Roberto Gaiotto
Superintendente do Saaec